

DIREITO CONSTITUCIONAL EM AÇÃO: PROMOVENDO A DISCUSSÃO SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS NAS ESCOLAS

FÁBIO GEORGE LOPES DE LIRA JÚNIOR¹; FILIPE PEREIRA ALVES
TEIXEIRA²; DANIEL LENA MARCHIORI NETO³

¹Universidade Federal de Pelotas – fabiolirajr.1@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – fteixeira692@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – danielmarchiorineto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o projeto de extensão “Constituição nas Escolas”, desenvolvido pela Faculdade de Comércio Exterior e da Universidade Federal de Pelotas, com interdisciplinariedade com a Faculdade de Direito da mesma universidade. O projeto visa proporcionar aos estudantes do ensino médio das escolas públicas de Pelotas noções fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro, com enfoque nas normas constitucionais e infraconstitucionais voltadas à promoção de políticas de inclusão.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2024), o Brasil permanece como um dos países mais desiguais em termos de distribuição de renda. Os dados revelam que a pobreza e a extrema pobreza atingem de forma mais intensa as mulheres, a população preta e parda e as crianças com até 14 anos de idade, o que destoia do caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Hoffmann (2001) atribui a raiz da desigualdade social brasileira ao colonialismo. Historicamente, poucos anos se passaram desde então, o que diminui a capacidade de mutação do cenário social. Nessa vertente, nota-se que esse modelo está encrostado na sociedade brasileira, transformando os cidadãos vítimas da própria sociedade. Assim, torna-se urgente a implementação e o fortalecimento de políticas de inclusão capazes de mitigar o problema em curto prazo, possibilitando a alteração estrutural a longo prazo.

Nesse sentido, o projeto busca ultrapassar os limites da universidade e alcançar a educação básica, permitindo que adolescentes e jovens conheçam as ações afirmativas, ao mesmo tempo em que desenvolvem senso crítico por meio de situações do cotidiano. Desse modo, como observa Verza (2000, p. 180): “de nada vale manter os alunos em sala de aula por anos a fio, se a escola lhes nega a capacidade de conseguir aprender e seguir aprendendo a vida a fora”.

Para atingir esses objetivos, o projeto utiliza atividades lúdicas como estratégia pedagógica, buscando impactar positivamente os sujeitos em desenvolvimento e estimular a reflexão crítica de forma engajadora e prática.

2. METODOLOGIA

O eixo do projeto sobre ações afirmativas foi desenvolvido por um grupo de discentes que se voltaram aos estudos do tema e à criação de materiais educativos focados na compreensão e divulgação dessas políticas. A partir da análise de dados estatísticos e das ações afirmativas existentes, foi elaborado um folder autoexplicativo, organizado de forma clara e didática, contendo informações sobre o conceito, os objetivos e exemplos de ações afirmativas, de modo a transmitir o conteúdo de maneira acessível ao público-alvo. Além disso, confeccionaram slides para uma minipalestra, que complementaram o folder e possibilitaram a discussão de casos práticos. Para tornar o aprendizado mais interativo, foi desenvolvido um jogo de tabuleiro chamado “Caminho da Igualdade”, no qual os alunos-destinatários serão expostos à situações relacionadas à desigualdade social, e o modo como as ações afirmativas contribuem para superar os obstáculos, promovendo reflexão sobre a importância dessas políticas para a promoção da igualdade e inclusão social. A integração desses recursos, como materiais impressos, apresentação oral e atividade lúdica, permitirá uma abordagem diversificada, estimulando o engajamento do público e favorecendo a compreensão do tema de maneira dinâmica e significativa.

3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

Como será explanado a seguir, a ação contém duas macrofases: uma interna (de pesquisas, discussões, observações e correções), em andamento, e a fase externa, onde será desenvolvida a aplicação a que se objetiva o projeto.

Primeiramente, será apresentada aos alunos da escola pública escolhida uma explanação acerca do painel estatístico brasileiro atual, ilustrando com dados seguros a disparidade de renda, de oportunidades, de concentração em determinados ambientes como, universidades, favelas, presídios, em cargos de altos e baixos salários e, sobretudo, os impactos positivos sobre esse cenário, causados pelas ações afirmativas.

O folder apresenta as principais ações afirmativas existentes atualmente no Brasil, como o Sistema de Cotas de ingresso nas universidades públicas, instituído pela Lei n. 12.711/2012 que reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, pessoas negras, indígenas e de baixa renda, cotas em concursos públicos federais que destina 30% das vagas reservadas para candidatos negros, pardos, quilombolas e indígenas (Lei n. 15.142/2015). Tem-se também as cotas para pessoas com deficiência em empresas, que gera obrigatoriedade de contratação de um percentual mínimo de trabalhadores com deficiência em empresas com mais de 100 empregados (Art. 93 da Lei n. 8.213/1991). Como também as políticas de permanência estudantil que destinam

bolsas, auxílios e programas de apoio a estudantes em vulnerabilidade social em universidades federais (PNAES – Decreto n. 7.234/2010), entre outros.

Com isso, pretende-se que ao elucidar esses instrumentos de justiça social, possamos superar alguns dilemas provenientes do senso comum que atrapalham a aceitação e aplicação mais robusta das medidas de inclusão, como discorre PIOVESAN (2008).

A proposta lúdica será voltada a um jogo de tabuleiro inspirado no “Jogo da Vida”, adaptado para a realidade social brasileira, com foco em desigualdade social, sorte, mérito, políticas de inclusão e exclusão.

Os alunos formarão grupos e cada um sorteia, no início, um perfil de vida (espécie de ficha de personagem). Esse perfil define a classe social (alta, média, baixa, miserável.), a profissão (condicionada à classe social), a renda mensal inicial, e uma condição especial: herdeiro, bolsista, desempregado, pessoa com deficiência, etc. Isso já cria desigualdade estrutural no ponto de partida.

No tabuleiro, o peão se locomoverá pela sorte dos dados e através das disposições das casas.

Existem 3 tipos de casas que podem impactar positivamente, negativamente, ou não impactar a situação do peão. Exemplos:

1. Situações da vida real (“ficou desempregado”, “teve a casa alagada na enchente, volte 3 casas e pague R\$ 5.000,00”, “tomou um golpe”, “teve filho”, “ganhou na loteria”, “não conseguiu pagar a faculdade”, “ganhou promoção inesperada, ganhe R\$ 2.000”).

2. Políticas públicas/ações afirmativas (ex.: “conseguiu bolsa do Prouni”, “entrou em cotas raciais no vestibular”, “acesso ao Minha Casa Minha Vida”, “conseguiu bolsa em projeto de extensão na universidade”).

3. Casas neutras, onde nada ocorre.

O propósito é que os alunos entendam, ao fim, como a origem social impacta o destino das pessoas. E no jogo, aqueles peões de perfis menos abastados o jogo será mais difícil e as vantagens obtidas serão viabilizadas pelas ações afirmativas.

4. CONSIDERAÇÕES

O projeto de extensão “Constituição nas Escolas” reafirma a relevância da universidade pública enquanto espaço de diálogo com a sociedade, aproximando o saber acadêmico das demandas da comunidade. A experiência se revelou significativa tanto no ambiente universitário, ao estimular a interdisciplinaridade e a formação crítica dos discentes, quanto esperamos que aconteça no ambiente escolar ao executarmos os propósitos.

Com isso, a universidade expande suas fronteiras, compartilhando saberes para além de seus muros, enquanto os estudantes da educação básica passam a ter acesso a instrumentos que fortalecem sua consciência crítica e sua atuação como sujeitos de direitos.

Nessa vertente, as iniciativas acadêmicas produzem efeitos positivos duradouros tanto na formação universitária quanto no desenvolvimento da comunidade, consolidando a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VERZA, Severino Batista. **As políticas públicas de educação no município.** Ijuí. Ed. UnIJUÍ, 2000.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico.** 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000100007>.

PIOVESAN, F. **Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas.** 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300010>.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais – 2024: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024.